

## A REFORMA AGRÁRIA E A POLÍTICA SÓCIO-ECONÔMICA DO PAÍS

*Sessão de 25-8-87*

O SR. VLADIMIR PALMEIRA (PT — RJ) — Sr. Presidente, esta Constituinte tem-se caracterizado por suas contradições. É fantástico; todos os que são contra a reforma agrária ocupam o microfone para dizer que são a favor. Esta é uma das primeiras coisas que esta Constituinte faz. É um pano que oculta da opinião pública as verdadeiras posições em que se encontra.

Achamos claro que há uma luta social no campo; uma luta que opõe os trabalhadores aos latifundiários. É uma luta antiga, que coloca em xeque a questão da reforma agrária, e também, particularmente, a questão da terra. Os conservadores gostam sempre de nos lembrar — e é assim que eles sempre são a favor da reforma agrária — que a terra é apenas um aspecto da reforma agrária, que a terra não é tudo, que não adianta dar a terra aos camponeses porque vão vendê-la, continuar empobrecidos e o Brasil continuar como antes. Não assistimos neste País à morte de nenhum camponês lutando por crédito mais barato; não assistimos à morte de nenhum trabalhador rural lutando por preços mínimos. Mas assistimos — em particular na Nova República — a uma onda de assassinatos de parte dos latifundiários contra camponeses porque estes lutam pela terra, ou porque têm a posse, ou porque lutam contra os grileiros. Ou, ainda, os latifundiários tratam de expulsá-los no momento em que justamente estes defendem a questão da terra. Portanto, neste País não haverá reforma agrária alguma se não se tratar da questão da terra. Não adianta os conservadores repetirem que a terra é um lamento menor da reforma agrária. Tanto é assim que, curiosamente, também os conservadores, que dizem que a terra não é tudo, quando se trata de questionar o direito de propriedade da terra, ficam extremamente ouriçados. Eles dizem que não, que a propriedade é intangível, soberana, e a colocam acima de tudo. Mas se a terra tem tão pouca importância, por que fazem tanta questão e são contra a imissão liminar na posse? Se a terra é tão pouco importante, por que eles não aceitam a desapropriação por títulos da dívida agrária, resgatáveis em vinte anos? Na verdade, tanto os camponeses quanto os latifundiários acham que a terra é fundamental. E é por isto que aparecem as UDR da

vida. É por isto que vem aqui gente pressionar a Constituinte para que não adote a reforma agrária.

Portanto, temos claramente, aqui, aqueles que querem a reforma agrária e encaminham medidas para que ela seja executada e aqueles que dizem que querem, mas não aceitam qualquer medida que implemente o processo de reforma agrária. Os conservadores deveriam, a bem do debate político-ideológico, aceitar francamente suas posições e dizer que não querem a reforma agrária; querem, isto sim, a estrutura da terra como ela está; querem exatamente o País com a agricultura que tem e os camponeses do jeito que são, miseráveis, sem possibilidade de produção; querem os latifundiários da forma que estão, cheios da grana, com crédito subsidiado, sem produzir, especulando com a terra e vinculados às multinacionais que tomaram o campo do nosso Brasil.

Portanto, é uma ficção. Nunca vi alguém que chegasse aqui para não dizer: "Reforma agrária? Mas..." Ou, então, que dissesse: "Somos contra o latifúndio, mas também contra o minifúndio", como se isto significasse alguma coisa. E daí? Queremos, para reestruturar de fato e termos uma política agrícola, a reforma agrária. Isto significa desapropriar a terra, facilitar o trabalho do Incra de distribuir realmente esta terra entre aqueles que podem produzir. No mais, é deixar o Brasil como está.

No entanto, há os que estão satisfeitos com o Brasil que temos — e é isto que precisa ficar claro. Todos aqui reclamam, mas há uma corrente nesta Constituinte que está satisfeita com o Brasil que temos. Aham que tudo está no melhor dos mundos. Nós, no entanto, não achamos isto. Para dar mais um grão de interesse à questão na Constituinte, tentam, de qualquer jeito, transmitir a idéia de que estamos sendo radicais, estamos tirando a terra dos latifundiários, estamos expulsando os latifundiários do País, estamos adotando medidas das quais os latifundiários não se recuperarão, porque estamos lhes tirando a terra. Na hora de fazer a reforma agrária, simplesmente dizem que a terra não é significativa, que o que vale na verdade é a exploração e o capital investido. A terra ocupa pouco espaço em qualquer plano de produção agrícola. Na hora da desapropriação, no entanto, chamam e não querem saber de nada.

O Dr. Ulysses Guimarães, eminente Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, depois de admitir a consulta à Justiça antes da desapropriação, fazendo um acordo com prazo em torno de 90 dias, mesmo após um pretenso acordo — e digo pretenso porque não fizemos parte deste acordo —, diz que será difícil aprovar isto, porque é muito radical. Nós queremos a imissão liminar de posse. S. Ex<sup>a</sup> quer um prazo de 90 dias para fazer isso e diz ainda que é radical. Radical para quê? Radical para mais uma vez os setores progressistas curvarem-se a um pretenso acordo nesta Constituinte.

Não há acordo algum. Não há nada de radicalismo. Já fizemos todas as concessões possíveis na questão da reforma agrária. Mas a Constituinte

tem esse toque, e o Presidente Ulysses Guimarães não deixa de nos advertir contra os radicalismos. A direita está-se apoderando de tudo nesta Constituinte. Ela está pegando ponto por ponto, e sempre reclamando. Está reclamando de barriga cheia, porque o relatório presente, e ao que tudo indica o relatório futuro, vem defendendo as posições dela mesma, direita. Dessa forma, vamos averiguar qual é a situação nos corredores, porque o relatório — atraso que é hábito — só será entregue amanhã.

Mas, onde está a estabilidade no emprego? Todo mundo dizia: “O anteprojeto é do Bernardo Cabral; o primeiro anteprojeto, afinal de contas, veio como um retalho, das comissões. Mas vamos fazer uma Constituição equilibrada e de centro”. Pois bem, o que é que desaparece nesse anteprojeto? Desaparece a estabilidade no emprego, desaparece a redução da jornada de trabalho, desaparece tudo aquilo que os progressistas conseguiram na etapa das comissões.

A estabilidade no emprego foi golpeada pela direita, pelos grandes empresários, tratada de forma demagógica; e desaparece inteiramente do roteiro. Dissemos reiteradamente que se estava a vender à opinião pública uma imagem completamente falsa, como se a estabilidade garantisse o emprego eterno. Nós tínhamos dito que de jeito nenhum o patrão está impedido de demitir, mas que agora ele só pode demitir ou por grave dificuldade econômica ou por justa causa, porque o trabalhador não honra os seus compromissos de trabalho. Isso pode. Só que a Justiça, agora, pode averiguar se isso é ou não real. Ele demite o trabalhador e tem de provar na Justiça a falta do trabalhador ou a dificuldade econômica da sua empresa.

Pois bem, isto eles não querem. Eles, tão ansiosos em colocar a reforma agrária na Justiça, não querem a Justiça quando se trata da estabilidade no emprego. Por quê? Porque o que eles querem é demitir quando e como quiserem. O patronato está disputando o poder absoluto na fábrica. Ele quer mandar na sua fábrica como o senhor feudal manda no seu feudo, despedindo quem ele quer, contratando na hora que quer e, afinal, tirar superlucro do fenômeno da rotatividade de trabalho. Reclamamos, e aí dizem: mais uma ofensiva esquerdista contra o relator; ou: mais uma pressão da esquerda subversiva.

São reivindicações absolutamente comuns e correntes, algumas que inclusive já são aplicadas em países da Europa há muito tempo e que a direita brasileira, teimosa e reacionária, não quer aplicar.

Ouçó, com muito prazer, o nobre Constituinte Nelson Aguiar.

*O Sr. Nelson Aguiar* — Nobre Constituinte Vladimir Palmeira, é excelente o discurso de V. Ex<sup>o</sup> Sabemos dos acordos que estão sendo tramados, dos acordos que estão sendo feitos. E à Nação fica a impressão de que todo mundo está fazendo acordo. É evidente que são os acordos das elites, que não querem nenhum avanço, que não têm compromisso com a verdadeira reforma agrária, aquela que interessa aos trabalhadores. E a nós nos compete

trazer para o Plenário aqueles acordos que forem feitos apenas para impedir a reforma agrária. Vamos emendar o texto nestes aspectos, destacar as emendas e trazer decisões para a Constituinte, para que a Nação saiba, ainda que percamos a votação aqui, quem de fato quer a reforma agrária. Muito bem disse V. Ex<sup>a</sup>: todos querem a reforma agrária no discurso. Na época das eleições, todos fazem os discursos mais radicais e se comprometem com a Nação em defender a reforma agrária mais radical. Quando chegam aqui já sabemos dos acordos, dos conchavos e até dos cambalachos para impedir que a reforma agrária seja feita. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup> pelo discurso. Aqui fica o nosso compromisso de decidirmos esta questão, mas não nas mesas dos conchavos, inclusive em reuniões realizadas fora da base física da Constituinte. Vamos trazer o assunto para o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, a fim de que a Nação saiba, através do voto, do verdadeiro debate, quem de fato está interessado em soluções que resolvam os problemas nacionais.

O SR. VLADIMIR PALMEIRA — Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

Outra questão que desapareceu foi a do meio ambiente. Quanto mais o Projeto Hércules engrossava — e Hércules fortalecia seus músculos — mais a questão do meio ambiente ia diminuindo, diminuindo até sumir. É uma coisa extraordinária que, para haver tal consenso, seja necessário suprimir uma imensa parte, aquela relativa à defesa do meio ambiente, obra da luta de alguns constituintes e da pressão da opinião pública.

Quero referir-me em particular à questão da energia nuclear, que praticamente desapareceu do texto na forma como estava colocada. Apresentei uma emenda, não simplesmente colocando a questão em termos de ser a favor ou contra a energia nuclear, mas pedindo que o povo brasileiro seja chamado a, em plebiscito, dizer se quer ou não a utilização desse tipo de energia, depois de um amplo debate, inclusive através dos meios de comunicação de massa.

Esse plebiscito deve ter, primeiro, um caráter geral; segundo, caso a população brasileira aprove a utilização da energia nuclear, só devemos permitir a instalação de usinas ou a colocação de dejetos radioativos naquelas áreas em que, também através de plebiscito, seus habitantes aceitem a instalação dessas usinas ou desses dejetos. Vejam bem, já ouvi um ministro do Governo favorável ao programa nuclear, à instalação de usinas nucleares, dizer não quando falaram em colocar os dejetos no Raso da Catarina. Quer dizer, na hora de fazer a usina todo mundo quer; na hora de colocar a usina no seu Estado ou de jogar os dejetos radiotivos na sua área, ninguém quer.

É preciso que a população do lugar aceite, senão ser-lhe-á imposto algo que influirá sobre a vida ou a morte de pessoas que não querem aquele tipo de desenvolvimento ou a utilização daquela forma de energia.

Citamos alguns exemplos de temas que foram eliminados do anteprojeto. Há verdadeiros bochinchos acerca do adiamento do Relatório Bernardo Ca-

bral. Agora, circulam pelos corredores os mais diversos rumores. Num dia, o relatório é presidencialista; no outro, é parlamentarista; num dia é misto e no outro vira ortodoxo. E nós não sabemos mais a que nível de polêmica se vai chegar. Mas isso é divulgado pelos corredores e nos faz saber que agora parece triunfar o parlamentarismo ortodoxo.

Nós queríamos que houvesse discussão e que em cada questão o relator e a Comissão de Sistematização pensassem no que é o Brasil de fato; não pensassem só no Brasil da bomba, mas no Brasil das vítimas; não pensassem só no Brasil dos bancos, mas no Brasil dos bancários; não pensassem somente na TV Globo do Roberto Marinho, mas nos funcionários e nos usuários da televisão; que se lembrassem das favelas que, como a da Rocinha, no Rio de Janeiro, começam a descer para o asfalto; se lembrassem daquela imensa massa de brasileiros que estão apelando para a violência e sobrevivendo em meio a uma guerra social; se lembrassem não só dos privilégios, se lembrassem não só dos favores, mas daqueles que vivem por baixo, daqueles que lutam efetivamente para sobreviver.

Temos um Brasil de elites. Temos um Brasil do povo, o Brasil que trabalha, que sua, que vive em barracos; o Brasil sem água, sem esgoto; o Brasil da miséria; o Brasil sem estabilidade; sem emprego; o Brasil de salário baixo; o Brasil sem futuro e sem perspectiva. E neste momento, nós do PT, nos perguntamos: qual é o Brasil que Cabral descobrirá? (Palmas.)